



BRASIL MACHISTA

Efeitos da violência na rotina da mulher

Estudo mostra impactos no trabalho, estudos e relações. Ligue 180 completa 20 anos com aumento de atendimentos

» RAFAELA BOMFIM*

Tania Rego/Agência Brasil



Participantes da IX Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro pedem o fim da violência doméstica

A violência doméstica costuma registrar momentos de agressão, ameaças e morte. Um novo estudo sobre o tema indica, contudo, que as consequências dos golpes desferidos pelos homens se estendem por todo cotidiano das vítimas. A angústia, o medo e o trauma são presenças constantes, mesmo quando a mulher está longe do seu algóz.

Sete em cada 10 mulheres que sofreram violência doméstica no Brasil tiveram a rotina alterada após as agressões, segundo a 11ª edição da *Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher*, realizada pelo DataSenado e pela Nexus, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV). O levantamento estima que 24 milhões de brasileiras tiveram o dia a dia afetado.

Segundo a pesquisa, 68% das mulheres relataram mudanças nas relações sociais; 46% afirmaram que a violência impactou o trabalho remunerado; e 42% admitiram que as agressões prejudicaram os estudos. Mulheres fora da força de trabalho apresentam três vezes mais chance de sofrer agressões (12%) do que as empregadas (4%).

“Os dados revelam que a violência doméstica limita a autonomia das mulheres e pode impedir o acesso a direitos básicos, como estudo e trabalho, comprometendo o futuro das famílias e do país”, explica Maria Teresa Prado, coordenadora do OMV.

Marcos Ruben de Oliveira, do DataSenado, ressalta a importância do estudo. “É a primeira vez que mensuramos o impacto da violência em vários aspectos da vida, como trabalho e rotina”, diz. “Acreditamos que os resultados ajudarão senadores e governo a agir de forma mais efetiva”, acrescenta.

O levantamento mostra que 66% das mulheres que sofreram agressões recebem até dois salários mínimos e que mais da metade convive com violência há mais de um ano. Vitória Régia da Silva, da Associação Gênero e Número, afirma que “a autonomia econômica é uma política estratégica para enfrentar a violência e reduzir o risco de permanência em ciclos de agressão”.

Beatriz Accioly, do Instituto Natura, ressalta que “romper ciclos de violência exige políticas que integrem segurança pública, saúde, assistência, educação e renda, oferecendo respostas contínuas às vítimas”.

A senadora Augusta Brito (PT-CE), autora do pedido da pesquisa, afirma que todas as legislações e políticas públicas deveriam ser feitas com base em dados. “Agora que sabemos o tamanho do impacto da violência contra mulheres, podemos buscar maior apoio para agir”, argumenta a parlamentar.

Os resultados do estudo estão disponíveis desde ontem na plataforma Mapa Nacional da Violência de Gênero, desenvolvida pelo OMV em parceria com o Instituto Natura e Gênero e Número, reunindo dados sobre violência de gênero em todo o país.

Ligue 180

No difícil cotidiano de violência doméstica, as mulheres podem contar com um aliado. O Ligue 180, serviço de orientação e denúncia de violência contra mulheres, completou 20 anos no último dia 25. A ajuda oferecida por esse serviço dá uma medida da gravidade da violência nas relações pessoais de gênero. Entre janeiro e outubro de 2025, foram realizados 877.197 atendimentos — média de 2.895 por dia. Do total de chamados, 719.968 ocorreram por telefone, 26.378 pelo WhatsApp, 130.827 por e-mail e 24 por videochamada em Libras.

Do total, 126.455 registros foram denúncias, sendo 66% feitas pela própria vítima, 21% de forma anônima e 13% por terceiros. O serviço também fornece informações sobre Casas da Mulher Brasileira,

Centros de Referência, delegacias especializadas e Defensorias Públicas em mais de 2,6 mil locais.

O Ligue 180 funciona 24 horas, é gratuito, opera em português, inglês e espanhol, com atendentes exclusivamente mulheres. Em casos de emergência, a Polícia Militar deve ser acionada pelo telefone 190.

Em 2024, o canal registrou 750.687 atendimentos, aumento de 21,6% em relação a 2023. O WhatsApp, lançado em 2023, passou de 6.689 atendimentos em 2023 para 14.572 em 2024. Segundo a ministra das Mulheres, Márcia Lopes, “ampliamos investimentos na capacitação das equipes, fortalecendo a escuta qualificada para que as mulheres possam realizar denúncias em um ambiente seguro e acolhedor”.

***Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza**



Os dados revelam que a violência doméstica limita a autonomia das mulheres e pode impedir o acesso a direitos básicos, como estudo e trabalho, comprometendo o futuro das famílias e do país.”

Maria Teresa Prado,
coordenadora do Observatório da Mulher contra a Violência.

Manifesto pede políticas para negras do país

» GABRIELLA BRAZ

Manifesto Econômico da Marcha das Mulheres Negras, projeto colaborativo coordenado pelo Comitê Nacional da Marcha das Mulheres Negras por Reparação e Bem-viver, em parceria com o Instituto NoFront, pede espaços nas posições de decisórias do país, na economia e mais políticas voltadas para essa parcela da população.

O documento busca reparação por meio de políticas macro e microeconômicas feitas com e para as mulheres negras. “Reparar exige assumir publicamente essa dívida, preservar a memória da escravidão e do racismo, restituir recursos expropriados, estabelecer regras de não repetição e implementar medidas concretas de compensação”, diz o texto.

Organizado em sete eixos, o manifesto conversa com o tema da Marcha deste ano: reparação e bem-viver. O termo se refere não só à garantia de condições dignas de trabalho, mas à “harmonia entre comunidades, meio ambiente,

território e cuidado com a vida em suas múltiplas dimensões”. A marcha, realizada na terça-feira (25), tomou a Esplanada dos Ministérios com mulheres de várias regiões do país, totalizando 300 mil pessoas, segundo os organizadores.

Entre as temáticas discutidas no manifesto, estão endividamento, seguridade social, informalidade no mercado de trabalho e taxas de juros. O documento também chama setores privados e filantropos para pensar incentivos a empregadoras negras. O projeto propõe ainda a criação de um Fundo Nacional de Reparação Econômica, que deve ser liderado por mulheres negras e contar com ampla participação da sociedade civil.

Gabriela Chaves, mestre em economia e diretora de Articulação e Incidência Econômica do Instituto NoFront, explica que o documento é resultado de mais de sete anos de estudos e iniciativas pelo empoderamento econômico de mulheres negras.

“O manifesto abarca desde o

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Na Esplanada, 300 mil pediram por reparação e bem-viver

micro até o macro, desde questões cotidianas como o preço dos alimentos in natura até questões mais complexas como a taxa de juros, justamente para pontuar que as mulheres negras têm projeto de política econômica para

o Brasil”, declara.

A socióloga e consultora de projetos Ester Bayerl foi uma das contribuintes do manifesto. Natural do Rio de Janeiro, ela coordena a Lavanderia Comunitária do Morro do Borel, comunidade que enfrenta

historicamente problemas com abastecimento de água e saneamento básico.

A especialista afirma que olhar para mulheres negras no âmbito econômico passa não só por incentivos, mas pela garantia de direitos básicos, como o próprio saneamento, e políticas que garantam a permanência delas no mercado de trabalho. “Quando a gente fala de quem sustenta a economia, a gente também tá falando das mulheres negras”, declara.

Lugar de mulher?

Para a Gabriela Chaves, uma das coordenadoras do Manifesto, o documento apresenta um caráter pedagógico, para conscientizar mulheres sobre economia e finanças. “Tem um desdobramento educativo desse material justamente para que os comitês locais da marcha consigam trabalhar e aprofundar ainda mais esses conceitos aplicados em suas realidades locais”, explica.

Ausência no Judiciário

» IAGO MAC CORD

Durante a abertura do I Fórum Nacional das Mulheres Juristas realizado ontem no Superior Tribunal Militar (STM), a presidente do STM, ministra Maria Elizabeth Rocha, a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Maria Marluce Caldas, e o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Luiz Philippe Vieira de Mello, defenderam o combate urgente à ausência do feminino nas cúpulas do sistema de Justiça.

A ministra Maria Elizabeth Rocha, declarou que a “ausência do feminino nas cúpulas do sistema de justiça” representa uma “falha estrutural” que compromete a eficácia e a legitimidade de todo o sistema.

Em sua fala, a magistrada frisou que essa questão perpassa a própria essência republicana, de democracia e de justiça no país. O ponto central é que a “ausência do feminino não é um problema das mulheres, mas um problema da sociedade inteira”.

“Nossa luta é pela dignidade humana em sua totalidade, por um sistema que não apenas reconheça, mas celebre a diversidade. É tempo de transformar palavras em ações, de construir um futuro onde o protagonismo das mulheres seja de fato celebrado e não apenas uma exceção estatística, a compor engrenagens das invisibilidades infligidas”, defendeu.

Maria Elizabeth destacou que a ausência do feminino é um “vazio milenar que ressoa e deturpa a própria substância do direito em sua realização de forma concreta”. A exclusão feminina nos espaços de poder, segundo a ministra, impede que as nuances da existência do feminino, suas experiências, realidades, vivências, dores e perspectivas sejam incorporadas na formulação do pensar cívico e na estruturação do pensamento político.

Marluce Caldas, do STJ, ressaltou a necessidade de buscar a jurisprudência e os artigos de autoria de mulheres. Ela trouxe à discussão as barreiras simbólicas da liderança feminina, que explicam os desafios invisíveis enfrentados pelas mulheres que buscam o poder, como teto de vidro, labirinto da liderança, corda bamba e síndrome de abelha rainha.

“Por isso, enquanto o homem avança em linha reta, a mulher caminha como um labirinto. Enquanto o homem encontra portas abertas, a mulher precisa quebrar vidros invisíveis. Enquanto o homem pode não sorrir, a mulher é julgada por não sorrir. Mas quando a mulher escolhe liderar com presença, sensibilidade, justiça e coragem, o labirinto vira canto, o teto se rompe e o poder se torna humano”, declarou.

O presidente do TST, ministro Vieira de Mello, enfatizou que o compromisso com a igualdade de gênero é um “dever constitucional” e deve se manifestar em medidas práticas. Ele revelou que o Tribunal enviou para o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, uma lista tríplice, composta exclusivamente por “mulheres excepcionais”, para provimento de cargo de ministra da Corte trabalhista.